

Revista Filosófica de Coimbra

VOL. 5 • N.º 10 • OUTUBRO 96

MIGUEL BAPTISTA PEREIRA — *Fenomenologia e Transcendência. A propósito de Emmanuel Lévinas (1906-1995)*

JOÃO MARIA ANDRÉ — *Da História das Ciências à Filosofia da Ciência. Elementos para um Modelo Ecológico do Processo Científico*

MÁRIO SANTIAGO DE CARVALHO — *Raimundo Llull, Sigério de Brabante e o Problema do Primeiro Homem*

BÉNÉDICTE HOUART — *Da Interrogação como Órgão Ontológico segundo Merleau-Ponty*

JOSÉ REIS — *Sobre o Tratado da Evidência de Fernando Gil*

elementar divulgação, também parece ser em nome dessa divulgação que alguns dos artigos publicados têm a vantagem de fechar — numa secção intitulada «Leitura» — com a tradução de curtos textos (é o caso, para além de Meyronnes, de Marsílio de Pádua, de São Bernardo, e até do rei Dom Duarte!). Uma última palavra, para o utilíssimo artigo de De Boni («As condenações de 1277: os limites do diálogo entre filosofia e teologia»), que tem também a vantagem de traduzir vinte das proposições condenadas por Tempier relativas à liberdade da vontade (lista esta que pode ser completada com a nossa, que publicámos em apêndice à tradução de *Boécio de Dácia. A Eternidade do Mundo*, Lisboa, 1966). Deixaríamos, por fim um reparo. A págs. 132-33, Boni, aliás na esteira de Hissette ao relacionar o *Quodl. I*, q. 16 de Henrique de Gand com Tomás de Aquino, deixa a seguinte pergunta: «Por que, então, aquele professor [sc. H. de Gand] não tentaria elencar as teses supostamente erróneas de Tomás na lista divulgada pelo bispo?» Observaríamos, tão-só, que a participação de Henrique no caso 1277 está longe de ser clara. Assim: J. Miethke (“Papst, Ortsbischof und Universität in der Pariser Theologenprozessen des 13. Jahrhunderts”, *Miscellanea Mediaevalia* 10 (1976), 52-94) insiste na necessidade de se distinguir entre a comissão encarregada do inquérito e a assembleia reunida para discutir o “dossier”, e se não nos diz se Henrique participou na primeira, o que R. HISSETTE admite como provável com base na proximidade entre os artigos 83 e 187 e o *Quodl. I* de Henrique (“Etienne Tempier et ses condamnations”, *Recherches de Théologie ancienne et médiévale*, 47, 1980, p. 236), relativamente a Henrique e aos processos de condenação da época lembraria aqui: o seu embaraço quanto à unanimidade dos membros (“unanimiter concedentes”) no que toca a um dos artigos, 54 (219); e o facto de o próprio Henrique não escapar à eventualidade de uma condenação, embora agora em 28 de Março de 1277, a propósito da sua posição “peregrina” acerca das formas substanciais do homem (*Quodl. X*, q. 5). Sabemos, para acabar, que no seio da comissão, a unanimidade esteve longe de ser um facto (cf. *ibid.* ed. R. Macken p. 127). Baseando-se numa afirmação do *Quodl. XI*, q. 11 (ed. Badius, fol. 467 r V) sobre um “... articulum quemdam damnatum Parisius, nulla creatura habet statum in supremo...”, P. Porro (*Enrico di Gand. La via delle proposizioni universali*, Bari, 1990, p. 148-149, n. 15) conclui: “... se ne può dedurre che l’intervento di Tempier fu in qualche modo autonomo rispetto ai lavori della commissione, tanto da disorientarne gli stessi componenti.” Esta problemática poderá ainda ser esclarecida quer à luz da nossa tradução, *Henrique de Gand - Questões Sobre a metafísica do ser no Tempo* (Lisboa, 1996) quer, sobretudo, pela consulta ao estudo que acabámos de publicar em *Recherches de Théologie ancienne et médiévale*, tome LXIII (1996), 26-57.

Mário Santiago de Carvalho

MALO, Antonio *Certeza e volontà. Saggio sull’etica cartesiana*. Prefazione di A. Livi (Roma: Armando Editore, 1994) 200 pp, L.29.000

Esta obra de Antonio Malo, professor de Antropologia Filosófica na Faculdade de Filosofia do Ateneo Romano, procura delinear com a maior exactidão possível o estatuto da ética cartesiana. A moral cartesiana, como quase todos os aspectos do seu pensamento, já foi objecto de muitos estudos alguns dos quais se tornaram verdadeiros clássicos. Antonio Malo tenta articular, numa reflexão polarizada pelas categorias de certeza e vontade, a possível coerência entre a moral provisória de Descartes e uma “ética científica” inacabada mas claramente esboçada nos textos cartesianos. No seu labor interpretativo, A. Malo parte de uma visão do pensamento cartesiano como *complexio oppositorum* num sentido que o vincula a dois tipos de exigências metodológicas: 1) necessidade de uma

análise da lógica interna do sistema cartesiano à luz do critério da evidência; 2) confronto crítico com a tradição para poder avaliar a justa medida da inovação em Descartes; mais especificamente no que diz respeito à ética impõe-se (3) um estudo da evolução do seu pensamento neste domínio ao longo de toda a sua obra (p. 15). A ética, de facto, não atinge no Corpus de Descartes o grau de articulação e de maturidade da física e da metafísica ou gnosiologia. É certo que também não chegou a acabar os seus textos sobre fisiologia. No que se refere à ética, muitos duvidam que Descartes tenha sequer delineado de forma minimamente estruturada o projecto do tratado de moral que ocuparia lugar equivalente ao texto das *Méditations* para a física. Outro, pelo contrário, sustentam que se Descartes não publicou quase nada sobre a moral "científica" foi por simples questão de prudência e discrição. Opinião que se apoia principalmente em duas cartas de Descartes a Chanut (Lettre à Chanut, 15-VI-1646, AT IV, p.441; pp. 86-87 - um ano mais tarde). Baillet, o primeiro biógrafo de Descartes confirmaria esta tese na medida em que afirmava ters Descartes dedicado mais atenção às questões éticas do que a qualquer outro tipo de questões. Autores como Hamelin, Epinas, Mesnard e Laporte são convocados por A. Malo como defensores da existência de uma moral científica em Descartes (p.17). Outro grupo de autores sublinharia as dificuldades intrínsecas do próprio projecto de construir uma "moral científica" apoiada em certezas absolutas. Uma moral deste tipo exigiria um saber infinito que permitisse ao homem formular todas as normas necessárias para agir. Nesta interpretação - na qual convergiriam, entre outros, Alquié, Rodis-Lewis e Grimaldi - Descartes não teria cumprido o seu projecto vencido pelas aporias inerentes ao seu próprio programa de investigação neste domínio. Antonio Malo, neste livro pretende mostrar, contra esta última linha de interpretação, a possibilidade de uma "ética científica" em Descartes delineando os seus traços essenciais e fazendo a articulação com a moral provisória.

O primeiro capítulo é dedicado precisamente a uma reconstrução da moral provisória (pp. 19-44). Na explanação da génese histórica do projecto, A. Malo segue muito de perto Rodis-Lewis. Quanto à caracterização da moral provisória, Malo vê nela não apenas um conjunto de máximas a regular, com maior ou menor sucesso, as acções humanas mas sobretudo um conjunto de regras teleologicamente orientadas para a vida feliz daqueles que as quisessem tomar como guia fundamental da sua conduta. Nesta interpretação, o objectivo da primeira máxima teria sido assegurar uma vida tranquila que permitisse a dedicação, sem obstáculos significativos, ao estudo e à investigação científica (p. 31). Para A. Malo, a moral provisória de Descartes pode sintetizar-se em quatro máximas, conhecidas da terceira parte do *Discurso*: 1) indicação do conteúdo do acto moral: "obedecer às leis e costumes do meu país....." (AT VI, pp. 22-23). Nos casos não previstos nas leis e costumes, o indivíduo que optou pela moral provisória seguirá em tudo a opinião mais moderada, característica das pessoas prudentes e de bom senso. A. Malo faz aqui uma aproximação, porventura demasiado descontextualizada, entre a prudência tomista e a moderação cartesiana (p. 33-34). 2) A segunda máxima indicaria, em contraste com a primeira, a forma do acto moral (pp. 35-39). Se a primeira máxima referia o conteúdo dos actos morais, a segunda indicaria as características formais que deveria satisfazer uma acção para poder ser considerada moralmente correcta: perseverança e decisão. 3) Na terceira máxima, Descartes aponta para o domínio perfeito de si mesmo e dos seus actos (pp. 39-42). A. Malo interpreta esta máxima num sentido que lhe confere já um estatuto diferente da moral provisória em geral. Ao introduzir nesta máxima uma certeza teórica Descartes estaria já, na opinião de A. Malo, a abandonar o domínio da moral provisória e a conferir o estatuto de definitiva a esta máxima (p. 42). 4) A quarta regra da moral provisória cartesiana impõe ao sujeito ético a exigência de dedicar toda a sua vida ao cultivo da razão. Interpretada em sentido amplo e caritativo, esta máxima permitiria transformar aquilo que no início do *Discours* era projecto científico em fim da acção

humana. Cultivar a ciência seria não só a ocupação mais nobre da razão mas igualmente a actividade mais nobre do homem. Deste modo, o sábio transforma-se no modelo do homem virtuoso. Por aqui se pode também compreender a linha de interpretação seguida por A. Malo neste livro. Sendo assim, só é possível especificar realmente a compreensão cartesiana do homem virtuoso tematizando a sua compreensão da ciência e da actividade científica. Aqui encontramos a justificação das análises do capítulo segundo desta obra subordinado ao título “Fundamentos metafísicos da ética científica” (pp. 45-89) bem como do cap. 3: “Fundamento físico-fisiológico da ética científica” (pp. 91-133). As análises deste capítulos tem por finalidade recolher materiais para poder examinar, no cap. 5, com mais pormenor a questão da possibilidade de uma ética científica em Descartes (pp. 165-184). Na interpretação de A. Malo, a resposta a esta questão exige a análise de três questões prévias: 1) se o ponto de partida da ética cartesiana são ideias claras e distintas; 2) se as regras desta moral podem reduzir-se, sempre e em última análise, a ideias claras e distintas; 3) finalmente, saber se esta moral permite, de facto, agir sempre com certeza (p. 165).

Examinando as três questões prévias à luz dos resultados obtidos nos capítulos 2 e 3, A. Malo conclui que Descartes baseia a sua ética em ideias claras e distintas mas serve-se igualmente de princípios que são estranhos ao seu sistema metafísico. Muitos deles não encontrariam uma explicação cabal dentro do projecto cartesiano. Para além das questões colocadas pela existência de Deus, imortalidade da alma e extensão indefinida do universo salienta-se o problema fundamental da liberdade que, na interpretação de A. Malo resiste ao esforço cartesiano por utilizar, numa ética científica, apenas ideias claras e distintas. Por outro lado, A. Malo sublinha o facto de a imortalidade da alma e a extensão indefinida do universo serem meras hipóteses no plano dos factos independentemente de serem dotadas de clareza e distinção sob o ponto de vista da metafísica cartesiana. Esta interpretação da metafísica cartesiana desliga-a completamente da realidade tornando, assim, inoperantes os seus conceitos na esfera da praxis. Esvaziada de realidade, não admira que “queste due idee hanno scarso valore per la guida dell’agire del sogetto nelle diverse circostanze della vita”. (p. 166) Na medida em que afirma que nem as ideias claras e distintas nem a liberdade constituem suporte suficiente da moral cartesiana, A. Malo acaba por se aproximar das interpretações de Alquié e M. Gueroult. Mas insiste na convocação de outro princípio complementar da ética cartesiana: a vontade. É por aqui que se vão superar os limites reconhecidos na via de uma certeza teórica. Esta, de facto, está muitas vezes fora do alcance dos humanos nas questões morais. Porém Descartes não opta pela via da incerteza e da indeterminação no agir humano. Escolhe a via voluntarista para a certeza absoluta (pp. 175-178). A certeza da acção passa a depender totalmente da vontade.

Estamos perante um texto interessante sobre a moral cartesiana, com boa informação sobre a bibliografia secundária mais recente, mas que não nos consegue convencer das virtualidades daquela que seria suposto ser a primeira ética moderna.

António Manuel Martins